

O texto que agora se publica foi escrito em 2013, por reacção a três estímulos distintos, quase coincidentes no tempo, que tiveram a virtude de expressar de modo contrastante diferentes posições sobre um debate que se instalava então no seio disciplinar.

Estávamos no pico da crise económica e financeira, e perante o seu forte impacto tanto nas condições de vida da população em geral como no sector do imobiliário e da construção em particular. Os arquitectos deparavam-se com a ausência de encomenda, com a alteração dos modos de produção e com o desemprego. Ao mesmo tempo, emergiam formas alternativas de praticar a profissão e de procurar intervir em resposta aos muitos problemas sociais que se tornavam evidentes. Estas práticas alternativas constituíam-se também como críticas aos modos de actuar das décadas anteriores que, à luz do novo contexto, eram lidas como totalmente desfasadas das reais necessidades da sociedade que deveriam servir. Foi este contexto que levou à instalação de um debate em torno da função social do arquitecto, dos modos de exercer a profissão e dos limites da disciplina.

O tempo passou, e o debate fez o seu caminho, tornando este texto desactualizado. Valerá agora apenas enquanto testemunho de um momento específico, razão pela qual se optou por publicar o texto na sua versão original – com a excepção de umas vírgulas em falta e da actualização da fonte de dois textos citados que a volatilidade da internet tinha tornado inacessíveis.

Entretanto, também o contexto social, económico e político fez o seu caminho. Assistimos à concentração e intensificação do investimento na reabilitação dos principais centros históricos, destinada ao turismo e à habitação de luxo; processo este em grande parte mobilizado pelas políticas públicas. Para os arquitectos, voltou a haver encomenda privada; e esperam ainda pela reanimação do investimento público prometido pelo PRR. A concentração do investimento levou ao súbito aumento dos valores fundiários e dos preços da construção; originando uma séria crise no acesso à habitação, que se agrava com as consequências económicas da pandemia e da guerra. Agora, procuram-se novas respostas para mais esta situação de crise, e importa perceber em que medida os arquitectos estão comprometidos com tal procura. Afinal, talvez o texto não esteja assim tão desactualizado.

Arquitectura Resgatada

Inquietações disciplinares a partir de três estímulos recentes

Nuno Travasso

Nota Prévia

O texto que se segue é uma reacção suscitada por três estímulos recentes:

* Conversa #2 do ciclo *Cidade Resgatada*¹ promovido pela Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte. Uma conversa entre Alexandre Alves Costa e Álvaro Domingues com moderação de Manuel Carvalho, na Biblioteca de Serralves a 22 de Maio de 2013.

* Editorial do *Jornal Arquitectos* nº 247, Maio-Agosto de 2013, com o título “Combate e Tática” e respectivo resumo apresentado na capa da mesma publicação sob o título “Combate”, escritos por André Tavares e Diogo Seixas Lopes, directores da actual equipa editorial da publicação da Ordem dos Arquitectos.

* *Re-Act Urban Festival – Take1*, promovido pela revista *Dédalo*. Evento composto por um workshop e um ciclo de conferências e debates, que teve lugar no auditório da Junta de Freguesia de Campanhã e na Faculdade de Arquitectura do Porto, entre 23 e 27 de Maio de 2013.

Três estímulos, encerrando três discursos distintos que, pelos seus contrastes, me conduziram a uma reflexão, talvez demasiado extemporânea e pouco fundamentada, certamente demasiado ingénua – mas que segue.

1 De acordo com a organização, e tal como se pode ler no folheto informativo que anunciava a conversa, “[o] O Ciclo de Conferências e de Conversas Públicas, denominado *A Cidade Resgatada*, organizado pela Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte (Pelouros da Cultura, Comunicação e projecto Norte 41°), aprofunda o debate, iniciado em 2012, sobre os processos de Regeneração Urbana, à escala nacional e internacional. Com este debate não se pretende apenas ‘resgatar’ o protagonismo dos centros consolidados; deseja-se abarcar a cidade mais alargada, sobretudo as franjas e os vazios pós-industriais, procurando perceber o seu papel estratégico nessa regeneração. Deseja-se, enfim, que esses processos sejam participados e debatidos interdisciplinarmente, englobando os contributos do Urbanismo, da Arquitectura, do Paisagismo, da Geografia, da Sociologia, e da Antropologia.”

Impasse

Na conversa entre um arquitecto – Alexandre Alves Costa – e um geógrafo – Álvaro Domingues – falou-se exclusivamente de política.

Alexandre Alves Costa lançou o mote. Partindo do nome do ciclo de conferências e conversas, o arquitecto defendeu que “a cidade não está resgatada”. Estará apenas “quando for dos cidadãos”, quando estes tiverem voz e tomarem *realmente* nas suas mãos os destinos da cidade que habitam e constroem. É por esta razão que Alves Costa considera não ser possível entender a *desordem* que encontra no espaço urbano contemporâneo como resultado inevitável de dinâmicas e processos instalados, dado tal *desordem* ser, antes de mais, reflexo, reificação e representação de uma organização política e social acentuadamente desigual e injusta, resultado de décadas de governação devedora dos princípios neoliberais. Considera por isso ser inaceitável qualquer análise que contribua para a legitimação ou estetização da *desordem* implementada. A análise do contexto contemporâneo deverá, sim, contribuir para informar a necessária construção de um *novo projecto* de sociedade e de cidade a perseguir. Um projecto partilhado que trace um rumo e guie o desenho. Nesta linha, conclui: “não ter um projecto e uma acção constante de construção da cidade que se faz e desfaz a cada dia, é aceitar a degradação lenta mas contínua da própria democracia.”

Alves Costa clarifica, no entanto, que a participação na construção de uma tal visão partilhada de futuro ultrapassa as competências próprias do trabalho do arquitecto.² Aos arquitectos cabe interpretar e dar forma a um programa dado. Ir para além desta fronteira e participar na definição do desígnio que o informa é extravasar os limites disciplinares. Será uma acção legítima e até necessária, em que todos os indivíduos se deverão envolver, enquanto cidadãos, políticos ou activistas – mas não enquanto arquitectos.

2 Actualmente, os modos de exercício da profissão, assim como os actos próprios da profissão de arquitecto, configuram um abrangente campo de práticas e formas de intervenção, que vão muito para além da prática de projecto dentro dos moldes tradicionais do profissional liberal (cf. “Estatuto da Ordem dos Arquitectos” Decreto-Lei nº 176/98, de 3 de Julho, Capítulo VI: Exercício da profissão). No entanto, ao falar d’o *arquitecto* e da sua prática, Alves Costa refere-se exclusivamente a essa imagem de arquitecto projectista enquanto profissional independente. O mesmo entendimento – focado na prática projectual – será assumido ao longo do presente texto.

Invade-nos assim uma dúvida inquietante: face ao cenário de aparente ausência de um programa ou de uma visão de futuro comum a perseguir, qual o papel que se espera que os arquitectos desempenhem? De que forma devem, no exercício do seu ofício, participar na sociedade da qual são parte integrante? O que lhes resta senão esperar por um programa que julguem válido, aceitando a cidade tal como ela se vai fazendo e desfazendo a cada dia; aceitando, por isso, a própria *degradação lenta mas contínua da democracia?*

I Seminário Internacional de Arquitectura de Compostela e a autonomia disciplinar

O discurso de Alexandre Alves Costa segue de perto os princípios que estiveram na base da criação do I Seminário Internacional de Arquitectura de Compostela³. A 27 de Setembro de 1976 pelas 10h00, o seminário dirigido por Aldo Rossi iniciava-se com as palavras do próprio:

“Nos finais dos anos 50, pouco depois do final da guerra, quebrou-se a bela visão da arquitectura do Movimento Moderno; esta bela visão não deveria retornar nunca mais./ Qual era esta visão? Aquela que, confundindo moral e estética, política e técnica, pensava e via na arquitectura o elemento capaz de redimir os conflitos sociais./[...] As polémicas entre arquitectura democrática, socialista e fascista dissolveram-se sob estas ruínas; a arquitectura voltava a ser técnica ou arte e, portanto, instrumento./[...] Hoje sabemos que não existe uma arquitectura moderna enquanto tal mas apenas programas a abordar e problemas a resolver.”

E acrescentava: “No estudo da cidade e da tipologia, da arquitectura e da história, devem filtrar-se todos os problemas do homem e da sociedade que nós, enquanto técnicos e apenas enquanto técnicos, não podemos resolver.”⁴

3 O I Seminário de Arquitectura de Compostela, organizado pelo *Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia* e dirigido por Aldo Rossi, decorreu em Santiago de Compostela entre 27 de Setembro e 9 de Outubro de 1976, tendo contado com cerca de cento e cinquenta participantes, entre estudantes de arquitectura e jovens arquitectos, de várias nacionalidades. Tratou-se de um seminário de projecto, onde cinco grupos desenvolveram propostas de intervenção para cinco áreas contíguas ao casco histórico de Santiago de Compostela. Para além das sessões de projecto, incluiu um intenso programa de conferências, projecção de filmes e visitas de estudo.

4 ROSSI, Aldo, “Introducción” in *Proyecto y Ciudad Histórica: I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela* (ed. TARRAGÓ, Salvador; BERAMENDI, Justo). Santiago de Compostela: COAG, 1977, p. 15-16.

Estávamos em 1976. Acabava de ser demolido o último bloco do Pruitt-Igoe. Com ele ruía também a crença na capacidade da arquitectura para transformar, moldar e determinar a sociedade⁵. As experiências dos primeiros modernistas não haviam criado o *homem novo* com que sonhavam. Também os seguidores do Team 10 se mostravam incapazes de criar novas

5 A demolição do complexo habitacional Pruitt-Igoe iniciou-se a 16 de Março de 1972, estendendo-se até 1976. Em 1977, Charles Jencks declara o dia e a hora da *morte da Arquitectura Moderna*, identificando-a com o momento da segunda e mais mediática demolição (15 de Julho de 1972, às 15h32). Para o autor, o fim do Pruitt-Igoe representava o fracasso do projecto modernista e da ideia de uma nova arquitectura como motor da reinvenção da sociedade. Seria esta a base do projecto: “[...] o estilo purista do complexo habitacional, como metáfora do hospital limpo e salubre, pretendia, pela força do exemplo, induzir nos seus habitantes as virtudes correspondentes. A boa forma deveria dar origem ao bom conteúdo, ou pelo menos, à boa conduta; o desenho inteligente do espaço abstracto deveria promover comportamentos sãos.” (JENCKS, Charles, *Le Langage de L’Architecture Post-Moderne*. Paris: Denoël, 1984, p.10). O projecto fálhou ante a multiplicação de problemas sociais, forte criminalidade e profunda degradação das construções e espaços públicos, que conduziram à sua demolição. O Pruitt-Igoe passou a ser apresentado como prova da ideia que então se generalizava: a da incapacidade da arquitectura para promover a emergência da nova sociedade sonhada, e da associação das experiências modernistas a múltiplos problemas sociais de que foram consideradas culpadas. Tal visão esteve na base do recuo face aos princípios modernistas e, sobretudo, do afastamento da arquitectura em relação aos temas sociais e políticos onde sentia ter fálhado. Para Katharine Bristol, o mito do Pruitt-Igoe (e de toda a ideia de fracasso da aventura modernista que o envolve) assenta na manutenção da ideia de que a sua degradação material e social foi responsabilidade do projecto de arquitectura. Contrariando esta visão, a autora analisa a história daquele complexo habitacional, salientando a responsabilidade das instituições sociais e políticas e suas decisões no processo, e conclui: “A defesa de que o fracasso do Pruitt-Igoe foi consequência da agenda para uma reforma social seguidora das ideias de Le Corbusier e do CIAM, não só pressupõe que o desenho do espaço físico é central para o sucesso ou falhanço da habitação social, mas também que o projecto implementado visava levar a cabo a agenda social dos arquitectos. Aquilo que esta visão esconde é a passividade dos arquitectos face a uma agenda mais ampla baseada não na ideia de uma reforma social radical, mas na economia política da St. Louis do pós-guerra e em práticas de segregação social. O Pruitt-Igoe foi moldado por estratégias de guetização e revitalização do centro urbano – estratégias que não emanaram dos arquitectos, mas do sistema no qual eles desenvolvem a sua prática.” (BRISTOL, Katharine, “The Pruitt-Igoe Myth”, in *Journal of Architectural Education* vol.44 n.º3, Maio 1991, p.170.)

comunidades significantes a partir da invenção *arquitectónica*, tal como prometia o *Manifesto de Doorn*⁶. A convicção numa prática de arquitectura entendida como intervenção social e política associava-se agora à profunda desilusão que resultava das suas concretizações materiais, conduzindo a disciplina a um tempo de reflexão autocrítica. Uma reflexão informada pelos princípios estruturalistas de inspiração linguística e pela crítica da Escola de Frankfurt, que afastava a arquitectura de uma prática projectual em cuja eficácia já não acreditava. Eduardo Souto de Moura viria mais tarde a afirmar pertencer “a uma geração que cresceu na ideia da arquitectura enquanto ciência social, como parte de uma ideologia segundo a qual seria necessário partir da análise para chegar a uma síntese, princípio que tanto era válido para a leitura estruturalista como para a marxista./Todo o suporte teórico assentava no pressuposto de que era necessário observar a realidade para poder modificá-la, e que só graças à observação analítica a arquitectura se poderia manifestar; ou então que seria necessário conhecer a história para poder intervir no seu rumo, fundando novos movimentos./Do ponto de vista da teoria disciplinar, no entanto, nos tempos em que estudei, era o vazio total.”⁷

Foi em busca dos instrumentos de que sentia falta que Souto de Moura rumou a Santiago de Compostela em Setembro de 1976,⁸ juntamente com Adalberto Dias, Teresa Fonseca e Graça Nieto Guimarães.

Como afirmou Salvador Tarragó, secretário do 1º SIAC, “o Seminário de Santiago pretendia ser o primeiro passo de uma formulação colectiva e internacional de uma nova e velha maneira de entender a arquitectura”⁹, assim como a proposta de uma nova

6 O *Manifesto de Doorn*, redigido em Janeiro de 1954, foi a base da primeira declaração conjunta do grupo Team 10. Sob o título *Habitat*, o documento elege a criação de comunidades como principal objecto da investigação disciplinar e objectivo primeiro da acção dos arquitectos, remetendo para segundo plano o estudo da casa enquanto entidade autónoma. No oitavo e último ponto do manifesto afirma-se “a adequação de uma qualquer solução deverá vir do campo da invenção arquitectónica mais do que da antropologia social” (SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter, “Habitat” in *Team 10: 1953-81, in Search of a Utopia of the Present* (ed. RISSELADA, Max; HEUVEL, Dirk van den). Rotterdam: NAI Publishers, 2005, p. 42).

7 SOUTO de MOURA, Eduardo, “Su Aldo Rossi?” in *Dopo Aldo Rossi, d’Architettura* n.º23, Abril 2004, p.185

8 “Quanto ao meu percurso pessoal, se Siza me forneceu os instrumentos ‘mecânicos’ de projecto, Rossi deu-me a ‘epistemologia’, o suporte conceptual para a leitura da realidade e do projecto. De um modo geral, Rossi teve uma grande influência na arquitectura portuguesa.” (*idem, ibid.* p. 188).

9 TARRAGÓ, Salvador, “Opiniones sobre el 1er SIAC”, *2C Construcción de la ciudad* n.º8, Março 1977, p. 61.

forma de ensino, de uma nova escola.¹⁰ O que se propunha era um exercício projectual que assentasse exclusivamente num conjunto de argumentos teóricos e instrumentos metodológicos que se consideravam como próprios do ofício de arquitecto: princípios tipológicos e morfológicos, domínio dos sistemas construtivos, análise das condições físicas do terreno e da evolução da sua ocupação, conhecimento da história da arquitectura. “Os outros aspectos ou dimensões que intervêm no projecto foram expressamente afastados para nos obrigar a valeremo-nos, nestas circunstâncias, dos recursos específicos do nosso campo disciplinar e evitar, dentro do possível, justificações de difícil contestação ou controle dentro da ciência arquitectónica.”¹¹

Rossi continuava assim a sua busca, iniciada havia mais de uma década, pela transposição, para o domínio da arquitectura, dos princípios do pensamento estruturalista, então dominante. Defendia a criação de um conhecimento autónomo capaz de sustentar a arquitectura enquanto disciplina de carácter científico independente dos argumentos, métodos e instrumentos com origem noutras disciplinas que, à data, pareciam dominar o campo da arquitectura. Visava a (re)construção de um *saber arquitectónico* obtido pela sua depuração das componentes ideológicas e políticas. Um saber próprio, específico e autónomo que fosse património da disciplina e base fundamental tanto do discurso académico como da prática projectual.

Esta visão acabaria por ter grande aceitação, face ao impasse em que a disciplina se encontrava. Aos arquitectos não se pedia já a impossível tarefa de moldar a sociedade ou de assumir a direcção da revolução política. Aos arquitectos voltava-se a pedir que desenhassem edifícios. A ideia do exercício da profissão enquanto prestação de um serviço técnico generalizou-se. Um serviço cada vez mais competente, seguro e responsável, que dá forma a um programa, apresentado por um cliente, respeitando as circunstâncias do lugar e as condicionantes orçamentais, através do domínio dos instrumentos próprios do ofício. Ignasi de Solà-Morales fala de “[u]ma ideia, convicta e segura, da possibilidade real de controlar quantitativamente os requerimentos de um programa arquitectónico para lhe dar resposta de um modo elegante e económico.

10 Visava-se o alargamento das experiências que Rossi vinha implementando em Itália e na Suíça. Nas palavras de Tarragó: “A metodologia desenvolvida pelas mais avançadas escolas de arquitectura italianas ou suíças oferece a vantagem de repensar de raiz a disciplina própria da arquitectura, pelo que acreditámos que seria interessante propor como orientação, sem mitificações, esta nova forma de trabalho para o 1º SIAC, como se de uma nova escola de arquitectura se tratasse.” (*idem, ibid.* p. 62).

11 (*Idem, ibid.* p. 62).

Esta é a base de uma arquitectura que se apresenta com a falsa modéstia de ser simplesmente a resposta técnica adequada a uma solicitação bem definida. Confiança técnica, realismo na figuração de uma relação clara entre forma e função, tensão e rigor, mas também segurança e confiança [...]”¹² Iñaki Ábalos designou esta ideia de arquitectura como *pragmática*.¹³ Ignasi Solà-Morales conotou-a com o *liberalismo*.¹⁴

O rumo dominante – ou pelo menos aquele que obteve maior reconhecimento nos principais fóruns académicos e profissionais – foi no sentido de um discurso, de uma investigação e de uma prática que encontravam os problemas, as referências e as soluções no interior da própria disciplina, focada agora na exploração dos princípios morfológicos e tipológicos, dos sistemas construtivos, dos métodos projectuais e da história da arquitectura. Com o afastamento de todos os temas considerados como externos, o objecto da prática disciplinar tornava-se a própria disciplina, o enriquecimento do *saber arquitectónico*. Nas palavras de Ignasi de Solà-Morales, a arquitectura surgia como “um universo suficiente em si mesmo, que se alimentava da sua própria história e que surgia desde o interior das suas próprias regras e protocolos, do mesmo modo que Minerva quando, recriando o mito hermafrodita na elegância do mundo clássico, nasceu da cabeça de Zeus.”¹⁵

*

Tornemos a Compostela, trinta e cinco anos depois. Numa entrevista a Peter Eisenman,¹⁶ publicada no *El País* a 11 de Setembro de 2011, sobre o seu projecto para a Cidade da Cultura em Santiago de Compostela – encomenda de 1999 do governo regional galego liderado por Manuel Fraga, antigo ministro de Franco e fundador da Aliança Popular, antecessora do actual Partido Popular – a jornalista e historiadora Anatuxa Zabalbeasca pergunta ao arquitecto se ele acredita “que os

12 SOLÀ-MORALES, Ignasi, “De la autonomía a lo intempestivo” in *Diferencias: Topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1996, p. 100.

13 Cf. ÁBALOS, Iñaki, “A bigger splash: la casa del pragmatismo” in *La Buena Vida: Visita guiada a las casas de la modernidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001; pp. 165-195.

14 “Liberalismo” é subtítulo do texto “De la autonomía a lo intempestivo” de Ignasi Solà-Morales (*op. cit.*, pp. 96-101)

15 *Idem, ibid.*, p. 90.

16 Refira-se, por curiosidade, que Peter Eisenman integrava o programa do 1º SIAC como conferencista. No entanto, o arquitecto americano não pôde comparecer, tendo esta sido a única alteração ao ambicioso programa de conferências do seminário.

governos conservadores são melhores para a arquitectura do que os de esquerda.” Eisenman responde:

“Alto e claro: sim. O consenso não constrói nada de bom. E os governos de direita preocupam-se menos com o consenso. Tudo aquilo que construímos que tem algum valor, fizemo-lo com governos conservadores: Ohio, Arizona, Alemanha, Itália, Galiza... Os governos conservadores têm a consciência do valor financeiro da arquitectura e estão dispostos a correr riscos porque não se sentem obrigados a justificar-se perante os cidadãos. Essa, creio, é a diferença entre a direita e a esquerda: perante quem se sentir responsável pelo que se faz.”¹⁷

No momento em que, fechando-se sobre si mesma, a prática da arquitectura passa a ter por objectivo primeiro servir a própria arquitectura, no momento em que o sistema que promove e envolve a produção de determinada obra passa a ser olhado como um meio para servir e enriquecer a disciplina, o mais provável é que a prática arquitectónica esteja a ser instrumento do dito sistema.

Depois de perguntar, por duas vezes, se a Cidade da Cultura se tratava de um projecto político e de, por duas vezes, Eisenman ter respondido que apenas procurava cumprir um programa, Zabalbeasca insiste:

“Com este cliente, com este orçamento e um ano depois da inauguração do Guggenheim: acreditou não estar a fazer um projecto político?”¹⁸

1976-2006: trinta não tão gloriosos¹⁹

Em 1976, o cenário era de crise e descrença no modelo até aí vigente — não só no campo da arquitectura mas também, e sobretudo, no quadro social, económico e político.

O Maio de 68 elevava a liberdade e os anseios do indivíduo a valores centrais. O fim de Bretton Woods e o choque petrolífero de 1973 mergulhavam as economias ocidentais numa profunda crise que viria a pôr em causa o aparente consenso a que se assistia nas principais economias da Europa Ocidental em torno do modelo de Estado Social de inspiração keynesiana. O temor face às aceleradas

17 EISENMAN, Peter, “No se puede ser un arquitecto intransigente”, in *El País*, 11 Setembro 2011. Entrevista por Anaxu Zabalbeascoa. Em linha: <http://elpais.com/diario/2010/09/11/babelia/1284163962_850215.html> acedido em Junho 2013.

18 *Idem, ibid.*

19 O termo *Trinta Gloriosos* refere-se usualmente às três décadas de franco crescimento que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, nas principais economias mundiais. A designação foi cunhada em 1979 por Jean Fourastié no seu livro *Les Trente Glorieuses: Ou la révolution invisible de 1946 à 1975*.

transformações sociais e à radicalização das contestações sindicais, assim como o descrédito da política social-democrata acabariam por ser rentabilizados por uma linha conservadora e liberal que prometia a construção de uma nova classe média acessível a todos por via do esforço individual, agora incentivado e premiado²⁰. Contra uma economia regulada e directamente dirigida pelo Estado, defendia-se a iniciativa privada e a liberalização do sistema económico. Contra o estabelecimento de direitos uniformizados pela negociação colectiva, promovia-se a competição, a meritocracia e a mobilidade social do indivíduo. Contra um Estado detentor e distribuidor dos recursos disponíveis, apostava-se na difusão da propriedade e do capital pelos particulares: *casas, acções e poupanças*²¹. Margaret Thatcher chamou-lhe *capitalismo popular*²².

Desenhava-se um novo caminho que conduziria a profundas mudanças nas estruturas económicas, sociais e políticas, alimentadas pelos mercados financeiros, cada vez mais descolados da economia de produção, assentes na difusão de crédito e guiados por modelos matemáticos fornecidos pelos estudos de sistemas complexos que então emergiam. Um cenário, tornado possível pelo desenvolvimento de performativos sistemas computacionais e novas tecnologias de informação, que foi impulsionado por um

20 “[...] se ‘valores de classe média’ incluírem o incentivo à diversidade e escolha individual, a concessão de incentivos justos e recompensas pela competência e trabalho árduo, a manutenção de barreiras eficazes contra o poder excessivo do Estado e a crença na ampla distribuição da propriedade privada, então são exactamente esses valores que eu procuro defender.” (THATCHER, Margaret, “My Kind of Tory Party” in *Daily Telegraph*, 30 Janeiro 1975. Em linha <<http://www.margaretthatcher.org/document/102600>>, acedido em Abril 2013).

21 “Significa incentivos, porque sabemos bem que o crescimento, a força económica da nação nasce do esforço do seu povo. O seu povo precisa de incentivos para trabalhar o mais arduamente que lhe seja possível. [...] Significa uma cada vez mais ampla difusão da propriedade, de casas, de acções, de poupanças. [...] Chamam a isto Thatcherismo; é, na verdade, o mais básico senso comum [...]” (THATCHER, Margaret, Entrevista dirigida por Sir Robin Day, programa Panorama da BBC1, 8 Junho 1987. Em linha <<http://www.margaretthatcher.org/document/106647>>, acedido em Abril 2013).

22 Nigel Lawson, membro dos governos de Margaret Thatcher desde 1979, e Chanceler (equivalente ao Ministro da Finanças) entre 1983 e 1989, afirmou nas suas memórias: “‘Capitalismo do povo’ [*people’s capitalism*] foi um termo cunhado por mim. Margaret Thatcher gostou da ideia, mas não daquela formulação precisa, que lhe soava demasiado comunista [...]. Corrigiu-a para ‘capitalismo popular’ [*popular capitalism*] que, assim modificada, se tornou elemento fundamental do reportório do discurso dos Conservadores.” (LAWSON, Nigel, *The view from n°11: Memoirs of a tory radical*. London: Bantam Press, 1992, p. 224).

processo simétrico – aparentemente dual – de uma acentuada globalização acompanhada por uma crescente individuação.

É neste quadro ideológico em ascensão que se deve entender a política nacional a que Nuno Serra chamou *revolução da casa própria*²³. Uma política, iniciada exactamente em 1976, que teve por base um longo programa de incentivo à aquisição de casa própria, assente num abrangente sistema de poupança e de crédito bancário com condições fortemente apelativas, directamente financiado pelo Orçamento de Estado. E se numa primeira fase pós-25 de Abril este programa pode ser lido como resposta directa aos anseios e direitos da população relativos ao acesso à habitação, ele terá sobretudo de ser compreendido como parte de uma ampla reestruturação política e económica, na qual os sectores da banca e da construção assumiriam um papel fulcral, e da qual saíam francamente beneficiados. O resultado óbvio foi a explosão do crédito à habitação²⁴ e a forte dinamização de um acelerado processo de expansão urbana essencialmente guiado pela promoção privada.

23 Em 1970, o regime de ocupação em casa própria correspondia a cerca de 48% do parque habitacional. Em 2001, este número ascendia a 76%. Nuno Serra chamou a esta rápida mutação “revolução da casa própria”. SERRA, Nuno, “Revolução da casa própria: a centralidade da habitação na economia do endividamento”. Comunicação apresentada no colóquio *Portugal entre Desassossegos e Desafios*, CES, Coimbra, 17 de Fevereiro de 2011.

24 Entre 1976 e 1980 – os primeiros anos do programa de crédito bonificado – a média anual de créditos concedidos foi de 28 000; em 1999 este valor atingia os 233 485 contratos. De modo similar, em 1991 o crédito à habitação absorvia 15,5% do Rendimento Disponível das Famílias; em 2002 este valor ascendia aos 74,5%.

Em Portugal, a 10 de Fevereiro de 1976 – na sequência da reorientação política resultante do 25 de Novembro – é criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção que se justificava, essencialmente, com a necessidade de reanimar e reestruturar o sector da construção civil como meio para relançar a economia em tempo de crise, tendo em consideração a importante incorporação de produção nacional que caracterizava o sector, assim como a elevada percentagem de postos de trabalho dele dependentes. Tratava-se ainda de uma cedência à forte pressão que os empresários da construção civil exerciam sobre o governo, vindo estes a ocupar os principais lugares no interior do novo ministério²⁵.

O incentivo à aquisição de habitação própria surgiu, desde logo, como instrumento de apoio ao sector. Deste modo, respondia-se também aos anseios de amplas camadas da população e contrariavam-se os interesses dos proprietários rentistas, olhados como exploradores à luz dos ideais de Abril. Os apoios públicos transferiram-se, assim, da promoção directa da urbanização e edificação, para o financiamento às famílias compradoras. Os programas de habitação pública que haviam recebido forte impulso no período pós-revolucionário – e dos quais se destaca o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) – esvaziavam-se agora, tornando-se residuais.

Catorze dias após a criação do novo ministério, lançava-se então um programa de crédito bancário destinado à aquisição de habitação própria com condições especialmente favoráveis: prazos alargados e juros baixos, variáveis em função dos rendimentos dos requerentes. Os juros mais reduzidos correspondiam a um financiamento público suportado directamente pelo Orçamento de Estado. Nos anos que se seguiram, o programa foi revisto, tornando-se mais abrangente e atractivo.

Em 1978, o país encontrava-se mergulhado numa grave crise económica e financeira, resultado da turbulência da mudança

25 “No novo ministério, os postos de relevo foram ocupados por antigos responsáveis do Grémio de Industriais da Construção Civil, uma estrutura corporativa muito ligada aos promotores imobiliários. As medidas adoptadas, a partir de então, vão no sentido da substituição da promoção pública e de custos controlados (“apoio à pedra”) pelo financiamento às pessoas e às famílias (“apoio à pessoa”) para a aquisição de casa própria no mercado livre.” (FERREIRA, António Fonseca – “Anos de 1970-1980: do Fundo de Fomento da Habitação ao Instituto Nacional da Habitação” in PORTAS, Nuno (coord.), *Habitação para o Maior Número: Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa: IHRU, 2014, p. 116).

de regime e da crise internacional²⁶. Em Maio do mesmo ano, o FMI chegava a Portugal para um programa de assistência de um ano. Voltaria depois, para nova intervenção, entre 7 de Outubro de 1983 e 28 de Fevereiro de 1985. O acordo impunha restrições ao regime de crédito bonificado cuja aplicação se tornou mais contida. No entanto, os anos de ajuda externa teriam consequências mais amplas no que toca ao incentivo à promoção imobiliária.

O FMI começava então a aplicar os princípios que viriam mais tarde a ser identificados como Consenso de Washington.²⁷

26 Ana Bela Nunes elenca os principais factores que conduziram à crise nacional. No decorrente do contexto internacional, destaca o aumento no preço das importações contribuindo para o défice da balança comercial; a redução na emigração; a redução das remessas dos emigrantes; a redução no turismo. No que toca a factores internos, refere a despesa pública decorrente de um conjunto de medidas de carácter social que a emergência revolucionária impunha, como o aumento dos salários (25% de aumento dos salários reais entre 1973 e 1975) e a criação súbita de um sistema de segurança social que procurava seguir os princípios do Estado Providência existente nas economias europeias mais desenvolvidas; a fixação dos preços de serviços e bens essenciais em níveis artificialmente baixos como combate à inflação; a política de nacionalizações que levou ao aumento significativo do sector empresarial do Estado e conseqüente dificuldade no seu financiamento; o resgate de muitas pequenas e médias empresas em dificuldades; a fuga de capitais resultante tanto do contexto económico como do contexto político; a descolonização, conduzindo a uma quebra acentuada nas exportações antes dirigidas para as colónias; o aumento repentino da população decorrente da chegada de mais de 600 000 retornados. (cf. NUNES, Ana Bela, *The International Monetary Fund's stand-by arrangements with Portugal: An ex-ante application of the Washington Consensus?* Lisboa: GHES-ISEG, 2011. Em linha <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2871/1/GHES-DT-44.pdf>>, acessado em Abril de 2013).

27 O termo *Consenso de Washington* foi cunhado pelo economista John Williamson em 1989 para designar o conjunto de reformas estruturais que foram a base dos vários programas de apoio externo a um conjunto de países da América Latina a braços com graves crises económicas na década de 1980. Estas políticas correspondiam a um consenso entre as visões para a economia das grandes instituições financeiras sediadas em Washington, nomeadamente, FMI, Banco Mundial e Reserva Federal dos EUA. Tal consenso sintetizava-se em dez princípios basilares de actuação: disciplina fiscal; redução e redireccionamento da despesa pública contrariando uma política de subsídios; reforma tributária; liberalização das taxas de juro; política cambial competitiva; liberalização do mercado; abertura ao investimento estrangeiro directo; privatização da banca e das empresas públicas; desregulação da economia; garantia dos direitos de propriedade. O termo *Consenso de Washington* viria a ser rapidamente generalizado como designação da linha de política económica neoliberal que então se difundia. Tal como Ana Bela Nunes (*op. cit.*) demonstra, os programas de ajuda externa aplicados em Portugal de 1978 e de 1983-1985, surgem como uma aplicação destes mesmos princípios, ainda numa fase inicial da sua definição.

No entanto, as reformas estruturais a que o país se via agora obrigado não visavam apenas responder à agenda neoliberal do FMI. A intervenção externa tinha como objectivo prioritário guiar Portugal no seu processo de adesão à CEE, iniciado em 1977; processo que impunha a profunda redefinição do modelo económico e financeiro, no sentido da unificação com o sistema comunitário. Esta aproximação obrigava a uma total reestruturação do sector bancário – nacionalizado desde Março de 1975 – tendo em conta a sua importância para o apoio à economia nacional no processo de adesão ao mercado único e, mais tarde, na gestão da entrada na moeda única europeia. Com a abertura da banca à iniciativa privada, em 1984, iniciava-se um processo gradual de reformulação, privatização e liberalização do sistema bancário, que se estenderia por mais de uma década.

É este cenário que permite perceber o forte incentivo à compra de habitação que se seguiria. Em 1986, findo o programa de apoio externo e assinada a adesão à CEE, o regime de crédito bonificado era claramente reforçado: as taxas de juro foram reduzidas, o financiamento público aumentado e o programa alargado ao apoio à aquisição de habitação para residência secundária ou para arrendamento, assim como para aquisição de terrenos destinados à construção²⁸. Ao mesmo tempo, o regime era associado a um novo sistema de contas poupança-habitação²⁹ que oferecia elevadas taxas de juro e um amplo conjunto de isenções e benefícios fiscais. Em 1989, o sistema seria fortalecido com novos benefícios fiscais e com a segurança de que todos os detentores de contas teriam acesso a crédito habitação, sob garantia do Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social. Criou-se mesmo um programa de prémios, directamente financiados pelo Orçamento de Estado, que duplicava o montante depositado em determinado número de contas sorteadas mensalmente. Era já claro que tais medidas não eram guiadas por uma política de habitação. Os objectivos que as justificavam estavam expressos nos diplomas legais que se sucediam,

28 Até à publicação do Decreto-Lei nº328-B/86 de 30 de Setembro o regime de crédito à habitação era exclusivamente dirigido à aquisição de residência principal.

29 Seguindo o mesmo princípio do regime de crédito, o saldo das novas contas poupança-habitação poderia ser mobilizado para aquisição de habitação própria permanente, de habitação própria secundária, ou de prédio ou fracção destinada a arrendamento, assim como para a realização de obras de construção, recuperação, beneficiação ou ampliação de prédios ou fracções de prédio de habitação (cf. nº1, art. 5º do Decreto-Lei 35/86 de 3 de Março).

onde se aludia à “necessidade de preservação dos equilíbrios macroeconómicos.”³⁰ Para além da continuação do apoio ao sector da construção como meio de criação de emprego e dinamização da economia, pretendia-se também “fomentar a poupança das famílias, de forma a que o aumento possível dos salários reais não se converta, por inteiro, em excessos de consumo, reflectindo-se assim negativamente ao nível do défice externo.”³¹ Ou seja, no quadro da integração europeia, marcado pelo expectável aumento do nível de vida, mas também pela abertura ao mercado externo, era necessário que o enriquecimento esperado não se materializasse num dramático aumento das importações. Daí a necessidade de encontrar mecanismos que permitissem reter em solo nacional parte substancial do rendimento disponível. A promoção da poupança e a drenagem dos recursos existentes para o sector da construção – como sector pouco aberto à concorrência externa – surgia como fórmula simples e eficaz. Tratava-se igualmente de uma fórmula largamente benéfica para a banca. De facto, o programa de créditos subsidiados oferecia aos bancos elevado rendimento, ao mesmo tempo que a promoção da poupança garantia a capitalização do sistema. Condições essenciais num tempo em que se redesenhava todo o sistema, que se desejava robusto, capaz de suportar a liberalização do sector, a abertura à concorrência externa, o cumprimento das normas internacionais e a adesão à moeda única. Exigia-se também que se tratasse de um negócio francamente apelativo, capaz de atrair investidores que garantissem o sucesso do processo de privatização que se impunha. A privatização da banca estendeu-se de 1989 a 1997, precisamente os anos de maior incentivo à aquisição de habitação.

30 Preâmbulo Decreto-Lei 382/89 de 6 Novembro, que revê o regime de contas poupança-habitação.

31 Preâmbulo Decreto-Lei 35/86 de 3 de Março, que cria o regime de contas poupança-habitação.

Mas o incremento na construção não ficou circunscrito ao imobiliário residencial. Nos anos que se seguiram à adesão à CEE, e em particular durante a década de 1990, assistiu-se à multiplicação de novos infantários, escolas, faculdades, centros de saúde, hospitais, serviços de apoio social, complexos desportivos, teatros, museus, centros culturais, ... – um vasto leque de equipamentos que, juntamente com as novas redes infra-estruturais, vieram dar suporte e incentivo ao crescimento urbano que se verificava. O forte investimento público, em grande parte suportado e promovido por fundos comunitários,³² que visava desenvolver, reestruturar e aumentar a competitividade dos territórios nacionais, resultou num largo conjunto de obras – novamente, um claro apoio ao sector da construção – que surgia como imagem dos novos tempos de desenvolvimento e progresso. Foi ainda durante este período, já no final da década de 1990, que se afirmou a aposta nos *projectos urbanos*, dos quais a Expo98 e o programa POLIS serão os exemplos de maior relevo. Trataram-se, em geral, de acções de transformação urbana de grande fôlego e visibilidade que se queriam catalisadoras de uma dinâmica de regeneração de maior escala e que obrigavam à articulação entre investimento público e privado. A operação associada aos Jogos Olímpicos de Barcelona oferecia o exemplo a seguir. Os mecanismos a utilizar haviam já sido introduzidos no início da década de 1980 pela mão de Margaret Thatcher, com a criação de figuras como as Sociedades de Desenvolvimento Urbano. O principal objectivo do investimento público – e dos planos – passava a ser o de atrair capital privado, em especial aquele ligado à promoção imobiliária apontada às classes médias solventes que floresciam e que se pretendia fixar nas áreas urbanas alvo de regeneração³³. A acção de planeamento seria agora guiada pelas regras dos mercados que procurava atrair e o seu sucesso medido pela sua capacidade de alavancar investimento privado.³⁴

32 Cf. MATEUS, Augusto, coord., *25 Anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, pp. 488-492.

33 Cf. WARD, Stephen, *Planning and Urban Change*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 2004, pp.188-191.

34 Em resposta a um conflito instalado entre a Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (principal accionista da SRU-Porto), 1462 signatários apresentaram, em Maio de 2013, uma *carta aberta ao Governo de Portugal* sob o título *Em Defesa do Crescimento Económico e do Respeito pelo Porto* onde se defende a actuação da SRU.

Como argumento fundamental, pode ler-se:

“Até à data, por cada euro de investimento público executado neste projecto, os privados investiram, em reabilitação urbana, uma média de dez euros. Mas casos há, como no Quarteirão das Cardosas, onde este exercício ainda é bem mais expressivo. Neste caso, no fim de 2012, o investimento privado atingia já cerca de 90 milhões de euros, sendo o investimento público líquido inferior a 6 milhões de euros. / Em conclusão, no Quarteirão das Cardosas, por cada euro de investimento da ‘Porto Vivo, SRU’ os privados investiram, até ao momento, cerca de 15 euros.” (Em linha <cartaaberta.cm-porto.pt> acedido em Junho 2013).

Interessa, portanto, ter presente que não é possível desligar a arquitectura do sistema social, económico e político que a produz; sistema do qual a arquitectura é não só representação mas também, inevitavelmente, meio de construção e de reprodução.

E, de facto, esta relação esteve longe de se limitar, nas últimas décadas, ao papel que o sector da construção desempenhou na reestruturação do sistema bancário ou no crescimento da economia nacional. As tipologias e imagens que se generalizaram, publicaram e copiaram foram expressão dos princípios e valores do regime que se solidificava. A afirmação da propriedade privada e do espaço do indivíduo; a procura do conforto, do novo, da novidade; a exclusividade, a distinção, a estabilidade, a segurança, a autonomia, a sofisticação, o progresso, o sucesso – foram princípios que, através de imagens e de discursos, estiveram na base de uma promoção imobiliária que participou activamente na construção de um novo imaginário colectivo, inseparável da ascensão das novas classes médias que encontravam na mobilidade social, resultado do mérito individual, o sentido primeiro da acção de cada indivíduo³⁵. Por seu lado, os novos edifícios públicos, no seu optimismo, extroversão e diversidade, apareciam como celebração do novo Estado, aberto e democrático, finalmente capaz de oferecer aos seus cidadãos os serviços ambicionados. O Estado não procurava já fazer-se representar por uma imagem uniforme e codificada. O novo Estado queria-se gestor e dinamizador da acção dos indivíduos que constroem o país. Cada edifício surgia como símbolo das novas capacidades nacionais, exemplos da mais elevada qualidade, que expressavam o mérito e a competência dos seus autores. Esta ideia de *qualidade* estendeu-se ao desenho do espaço público nas múltiplas acções de regeneração de áreas urbanas que se generalizaram a partir da década de 1990. Como aponta Manuel Delgado, à ideia de *rua* enquanto espaço de encontro, apropriação, conflito e reivindicação, opôs-se a noção de *espaço público de qualidade*, expressão de civilidade, cortesia e representação, entendidos como protocolos consensuais mínimos numa sociedade marcada por acentuados processos de individuação e mobilidade social.³⁶

35 “[...] a cidade urbanizada contribui para dar toda a sua lógica a uma sociedade liberal que instaura o indivíduo como origem e fim do sentido, indivíduo esse que se move em função de seu próprio projecto por meio das referências abstractas múltiplas que a urbanização o força a inserir na vida quotidiana.” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, *A Cidade: Rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 98).

36 DELGADO, Manuel, “Espacio Público: Discurso, Arquitectura y Acción”.

Conferência inserida no ciclo *A Cidade Resgatada*, organizada pela OASRN. Auditório de Serralves, 15 de Maio de 2013.

Construía-se assim uma *nova cidade*, enquanto celebração das conquistas agora alcançadas. Conquistas tantas vezes associadas a uma aparente superação da luta de classes, num mundo novo, onde todos teriam a possibilidade de cumprir os seus desejos e onde, por demasiadas ocasiões, não se reconheceu (nem construiu) o espaço do *outro* – aquele que não tinha a possibilidade, os meios ou a vontade para lutar por uma acelerada ascensão social, ou aquele que não partilhava a ideologia que se tornara dominante – simplesmente considerado como auto-excluído.

Estes foram, pois, os anos da autonomia disciplinar. E foram anos gloriosos para os arquitectos portugueses: multiplicaram-se as encomendas e as obras, houve reconhecimento nacional e internacional. Sucederam-se as publicações e os prémios.

2 | Editorial do *Jornal Arquitectos* n° 247: A arquitectura refém de si própria

Em 2007, explode nos Estados Unidos da América a crise dos *subprime*, originada no seio do regime de crédito bancário à habitação, alastrando-se rapidamente à escala global para se transformar numa ampla e complexa crise económica e financeira com efeitos especialmente gravosos no nosso país.

No sector da construção, a quebra foi dramática. A forte desvalorização do imobiliário, a limitação de crédito, a diminuição do rendimento das famílias e a acentuada incerteza conduziram à estagnação do investimento privado. A situação em que as finanças públicas se encontraram – depois de uma primeira tentativa de reacção expansionista – e o conseqüente programa de ajuda externa travaram abruptamente todo o investimento público.

A alteração no sector da construção parece, no entanto, não se resumir a uma temporária falta de investimento. Tal como na década de 1970, o tempo de crise é tempo de crítica às políticas seguidas nas décadas anteriores. Questiona-se um modelo de crescimento em grande parte assente no imobiliário residencial, transformado em mero produto financeiro, que ultrapassou largamente as necessidades efectivas da população e não soube aproveitar as estruturas já existentes. Questionam-se os exageros do investimento público em vastas redes infra-estruturais e na multiplicação de equipamentos cuja manutenção se torna agora demasiado onerosa. Multiplicam-se as imagens do fim abrupto do tempo de crescimento e de uma retirada apressada e sem plano

aparente³⁷: empreitadas interrompidas tornadas novas ruínas; equipamentos e serviços encerrados. Sucedem-se precipitadas acusações de desperdício e de irresponsabilidade. As mesmas imagens que foram celebração de progresso tornam-se agora símbolos do tempo de optimismo inconsequente que nos conduziu à situação actual.

Para os arquitectos, as consequências são profundas: escasseia a encomenda, encerram os escritórios, disparam o desemprego, a emigração e a procura de actividades alternativas. A crise instala-se na classe profissional, tal como se instala em muitos outros sectores da população.

Ao mesmo tempo, tem-se assistido à crescente visibilidade de um conjunto de práticas que assumem uma posição crítica em relação àqueles que foram os modelos vigentes do exercício da profissão ao longo dos últimos anos. Práticas exploratórias que procuram posicionamentos mais operativos ou mais consonantes com o contexto actual e que parecem contribuir para a expansão dos limites do saber e da acção disciplinares.

O número 247 do *Jornal Arquitectos* dá conta de algumas dessas práticas. Na capa da publicação, o resumo do editorial, sob o título ‘Combate’, coloca a questão nos seguintes termos:

“A arquitectura está refém da sua suposta *inutilidade*: perante o impasse social que habitamos, outros saberes fazem valer melhor as suas competências. Essa concorrência [...] gera fricções e alternativas à prática profissional. A arquitectura e os arquitectos têm de entrar num território de combate, um combate difícil por ser fundamental preservar as bases do saber arquitectónico [...]”³⁸

Para André Tavares e Diogo Seixas Lopes, directores do *JA*, os novos modos de exercício da profissão que aí se publicam parecem surgir, antes de mais, como reacção à escassez de encomenda dentro dos moldes tradicionais, obrigando à procura de campos alternativos de actuação, numa tentativa de conquista de territórios a outros domínios

37 Em 2011, António Figueiredo fazia notar que a abordagem à crise que estava (e está) a ser seguida parecia não configurar ou possibilitar uma retirada estratégica que pudesse apoiar uma reorientação dos recursos e modos de actuar mais adaptada à situação presente e, sobretudo, ao previsível contexto futuro. Neste sentido, o economista alertava para a aparente possibilidade de uma “retirada caótica sem espaço para sinais de orientação estratégica de novos comportamentos” (FIGUEIREDO, António Manuel, “Economia do(s) território(s) e sustentabilidade”. Comunicação apresentada no *VIII Congresso Ibérico de Urbanismo. A Mudança do Ciclo: Um Novo Urbanismo*. Covilhã, 27-29 Outubro 2011).

38 TAVARES, André; SEIXAS LOPES, Diogo, “Combate” in *Jornal Arquitectos* n.º 247, Maio-Agosto 2013.

disciplinares. Um momento de expansão que, de acordo com os autores, deverá sempre assegurar a preservação do saber disciplinar dado que “se os arquitectos prescindem da base estruturante do seu saber, correm o risco de se dissolver noutros campos profissionais, ou numa lógica de mercado que já não os contempla.”³⁹

Uma vez mais, o discurso fecha-se sobre si mesmo, enredando-se no interior da disciplina. Perante o contexto de crise profunda e generalizada, a reflexão sobre o modo de intervenção dos arquitectos assume aqui como objectivo principal a garantia de trabalho para os membros da corporação profissional e toma como preocupação máxima a protecção do *saber arquitectónico*.

*

Na presente situação, a arquitectura está longe de poder ser considerada *inútil*. Num momento marcado pela dramática escassez de recursos; num momento em que se verifica uma crescente dificuldade no acesso à habitação; num momento em que se torna evidente a urgência de reabilitar significativos conjuntos urbanos profundamente degradados, e em que se torna clara a necessidade de encontrar fórmulas capazes de assegurar a manutenção e consolidação de vastas áreas urbanizadas resultantes do crescimento explosivo das últimas décadas; num momento em que se assiste a uma alteração nos actores, dinâmicas e modos de produção, e à revisão do sistema económico e financeiro que suportava o sector da construção; num momento em que se torna patente uma transformação nos imaginários, anseios e práticas quotidianas da população, dos quais as tipologias e imagens da edificação e espaços colectivos são sempre expressão: neste momento, a arquitectura – enquanto disciplina e enquanto prática – é, não só *útil*, como necessária e urgente, na procura de novos modelos de intervenção capazes de responder às novas circunstâncias.

Sê-lo-á, no entanto, apenas quando o discurso disciplinar estabelecer como objecto os problemas que se encontram no seu exterior, aqueles com que a sociedade se debate no dia-a-dia. Sê-lo-á apenas quando tomar por objectivo a exploração dos modos mais operativos de mobilizar o seu saber e a sua capacidade de acção na abordagem a tais problemas: algo que obriga a questionar as práticas estabelecidas e os limites auto-impostos que, tal como patente no discurso de Alves Costa, conduzem hoje a disciplina a uma situação de bloqueio.

Ao contrário, ao persistir em afastar-se de uma sociedade em

39 *Idem, ibid.*, p. 85.

acelerada transformação, que reclama toda a participação possível, é o discurso disciplinar que declara a sua própria *inutilidade*. A arquitectura torna-se refém de si própria.

I Seminário Internacional de Arquitectura de Compostela e a urgência da acção

O método proposto por Aldo Rossi e seus assistentes no 1º SIAC, como meio para o estabelecimento de uma nova prática de arquitectura e um novo entendimento da disciplina, não foi aceite de modo consensual. O seminário tornou-se espaço de conflito e de intensa discussão sobre os modos de exercício da profissão⁴⁰. Muitos dos participantes contestaram a visão e o método seguidos que viam como demasiado redutores e afastados da realidade local, ao não contemplarem qualquer informação ou aproximação relativas à situação política e económica, às estruturas sociais ou aos problemas e às reivindicações dos habitantes de Santiago de Compostela, para os quais ensaiavam novas propostas de intervenção. Defendiam que tal posição conduzia a uma prática académica e laboratorial que acabava por redundar num evidente formalismo, desconectado de qualquer contexto específico, e reclamavam o contacto directo com associações e organizações locais que se pudessem estabelecer como interlocutores e informar os projectos a desenvolver.

A reacção destes participantes era, em grande parte, fruto do ambiente que então se vivia. Em Setembro de 1976, o programa SAAL encontrava-se no seu auge. Avançavam as primeiras obras e multiplicavam-se as publicações internacionais sobre o processo que fazia a Europa sonhar⁴¹. Um sonho partilhado, em

40 O teor desta discussão torna-se claro nas oito declarações finais apresentadas no seminário e que fazem diferentes avaliações dos trabalhos decorridos (TARRAGÓ, Salvador; BERAMENDI, Justo (ed.), *Proyecto y Ciudad Histórica: I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela*. Santiago de Compostela: COAG, 1977, pp. 291-301); assim como pela memória descritiva do grupo de trabalho da área de estudo San Clemente da qual faziam parte os quatro portugueses e que critica as direcções impostas pelos orientadores Bruno Reichlin e Fabio Reinhard (*idem, ibid.* pp. 260-269). O ambiente de conflito é ainda referido nos textos publicados no n.º 8 na revista *2C* sobre o seminário, onde se esclarece o seu teor e se dá nota de que terão sido amplamente divulgados (“Proyecto y Ciudad Histórica: El 1er SIAC” in *2C Construcción de la ciudad* n.º 8, Março 1977, pp. 52-66).

41 Refira-se, por exemplo, o dossier publicado sobre o processo SAAL na *Lotus International* n.º 10 (1975); ou a *L'Architecture d'aujourd'hui* n.º 185 (1976) e a *Casabella* n.º 419 (1976) especialmente dedicadas ao momento revolucionário que a arquitectura portuguesa atravessava.

particular, por muitos espanhóis⁴²: não passara ainda um ano da morte de Franco e o país atravessava uma fase de transição rumo à democracia, esperando ainda as primeiras eleições livres desde 1936. A revolução portuguesa de 1974 surgia como um exemplo de liberdade e de acção a perseguir. O SAAL era um símbolo deste processo, que a participação dos portugueses no seminário tornava ainda mais presente.⁴³

A imagem do arquitecto apresentada pelo SAAL tanto se afastava do demiurgo que procura desenhar as estruturas sociais e os modos de habitar, visando a construção de uma nova sociedade por ele idealizada; como negava a ideia de um técnico neutro, apartado de qualquer intervenção social ou política, ocupado apenas com a composição formal e a solução construtiva dos seus edifícios. Ao contrário, o arquitecto surgia como parte de um colectivo e actuava em conjunto com outros profissionais e com os moradores numa acção partilhada, colocando o seu saber e a sua capacidade operativa ao serviço da efectiva melhoria das condições de vida da população mal alojada, mas também ao serviço de uma nova ideia de cidade e do sonho de uma sociedade por vir.

Os modos de actuação destes arquitectos estiveram longe de ser uniformes ou consensuais. Foram tempos de invenção de novos métodos e de busca da posição de cada actor dentro do novo cenário. Tempos de criação e exploração de novos processos. Tentativa, erro, teste.

Mas foram sobretudo – e aí houve uniformidade – tempos de um amplo envolvimento com os movimentos populares e de uma acção intensamente comprometida, resultado da ânsia de participar, com o seu saber e ofício, num movimento que era maior do que a intervenção individual de cada um e que, por isso mesmo, lhe conferia sentido. Nunca abandonaram os instrumentos próprios da profissão. No entanto, o desenho não foi guiado apenas pelas suas próprias regras internas, mas também pelos contributos e reivindicações dos moradores e pelos princípios e valores de uma sociedade em turbulenta transformação. Na verdade, esta relação – entre o desenho e aquilo que o justificava – foi muitas vezes complexa, confusa e pouco sustentada⁴⁴, mas era o reflexo

42 A grande maioria dos participantes era de nacionalidade espanhola.

43 Para além de Adalberto Dias, Eduardo Souto Moura, Graça Nieto Guimarães e Teresa Fonseca que integravam um dos grupos de projecto, estiveram ainda presentes, como conferencistas, Álvaro Siza Vieira, José Charters, Artur Pires Martins, José da Nóbrega e José Lopo Prata. Todos envolvidos, à data, no processo SAAL.

44 Bruno Reichlin, um dos coordenadores do grupo em que participaram os quatro portugueses, comentaria mais tarde (em conversa informal com o autor deste texto) a

possível da necessidade de agir imposta pela “pressão da urgência das necessidades reais”⁴⁵. Antes de mais, era necessário participar, com as ferramentas disponíveis. Alexandre Alves Costa chamou-lhe “urgência do desenho”⁴⁶.

E aí, a disciplina não correu risco de dissolução. Pelo contrário, ampliou-se, cresceu, ganhou solidez, operatividade e sentido.

*

A 27 de Outubro de 1976, precisamente um mês após o início do seminário de Compostela, saía o despacho que viria a corresponder à extinção do programa SAAL⁴⁷. Em 1978, Alves Costa concluía o seu primeiro texto sobre a experiência do SAAL no Porto com as seguintes palavras:

“Para os arquitectos não deve estar próxima a concretização das suas propostas, nem sequer a conclusão das iniciadas. Arquitectos que dramaticamente não podem utilizar as novas ferramentas, adquiridas justamente no momento em que a sua crise histórica parecia ultrapassada e a Arquitectura encontrava, por se não ter demitido, a sua dimensão autêntica.”⁴⁸

Mais tarde o autor clarificaria a razão desta aparente impotência:

“[...] não são os arquitectos que decidem trabalhar para o povo, é o poder político e económico que decide para quem os arquitectos trabalham [...].o arquitecto trabalha para quem lhe paga e é assim se quiser ou tiver de produzir.”⁴⁹

Estaremos nós assim tão dependentes?

dificuldade que sentiu na tentativa de compreender a relação entre o discurso, marcadamente político, dos arquitectos do Porto, e o desenho do qual tal discurso era supostamente suporte.

45 ALVES COSTA, Alexandre, Conferência inserida no ciclo *Prática[s] de Arquitectura: Projecto, Investigação, Escrita*. FAUP, 31 de Maio de 2012.

46 *Idem, ibid.*

47 Despacho ministerial conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, assinado a 27 de Outubro de 1976 e publicado em Suplemento do *Diário da República* I Série, nº253 de 28 de Outubro de 1976. O Despacho transfere para as câmaras municipais a direcção das acções do SAAL, o que, na prática, correspondeu à extinção do processo.

48 ALVES COSTA, Alexandre, “Intervenção Participada na Cidade: A experiência do Porto” in *Alexandre Alves Costa: Candidatura ao prémio Jean Tschumi* UIA 2005(ed. MILHEIRO, Ana Vaz; AFONSO, João). Lisboa: Ordem dos Arquitectos/Caleidoscópio, 2005, p. 29.

49 ALVES COSTA, Alexandre, “Os modernos são em geral superiores aos antigos” in *Textos Datados*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2007; p. 54.

3 | Re-Act Urban Festival – Take 1: Em busca do resgate da arquitectura

Sob o título *Who lives next door?*, o décimo número da revista *Dédalo* parte da “recusa da abstracção e generalização de princípios, fins e meios” e da consciência de que toda a intervenção sobre o espaço urbano deve assentar “não só nas características físicas do lugar mas também nas condições e aspirações daqueles que o habitam”⁵⁰, para se propor reflectir, explorar e testar práticas que procurem envolver os moradores locais não só no processo criativo mas também na própria acção sobre o espaço público, que é, também, seu.

Foi este o mote do *Re-Act Urban Festival – Take 1*, promovido pela *Dédalo #10* que decorreu no Porto entre 23 e 27 de Maio de 2013. O evento compôs-se de um *workshop*⁵¹ e de um ciclo de conferências e debates que visou a reflexão a partir das práticas desenvolvidas por um amplo conjunto de arquitectos, artistas e sociólogos, nacionais e internacionais, que aí se reuniram para as partilhar e discutir⁵².

Estas práticas estão longe de ser uniformes, seja nos objectivos, seja nos modos de actuação, exibindo, aliás, diferentes graus de coerência ou consequência na acção. Apesar disso – e lembrando aqui as apresentações feitas por parte dos arquitectos presentes – torna-se possível destacar algumas características que se evidenciaram como transversais às várias experiências partilhadas.

Ficou desde logo evidente a inconformidade face aos modelos de exercício da profissão estabelecidos, em particular no que toca à relação entre cliente e arquitecto, em que este é visto como mero prestador de serviços. De facto, a maior parte dos exemplos apresentados não resultaram de uma encomenda directa ou de um qualquer concurso público, com programa e orçamento previamente determinados. Os meios de iniciar a acção multiplicam-se: *workshops*, festivais, convites de associações

50 “Who Lives Next Door: Call for Papers”. Em linha <http://www.issuu.com/revista.dedalo/docs/briefing_final_cor>.

51 O *workshop* teve por objectivo a procura de propostas para uma intervenção no espaço público de uma área deprimida da freguesia de Campanhã, no Concelho do Porto, a realizar em Outubro de 2013, visando testar na prática os princípios que estão na base do lançamento da *Dédalo #10*.

52 Estiveram presentes, como tutores do *workshop* e participantes no ciclo de conferências e debates, representantes dos colectivos Ateliermob, Collectif Etc, Cascoland, EXYZT, Failed Architecture, Like Architects, Makerlab, Map-It, Os Espacialistas, Studio Weave, Todo por la Praxis e projecto WOOL, e ainda Bernardo Amaral, Gabriela Vaz Pinheiro, Inês Moreira, Marco Mendes, Nuno Travasso, Pedro Bismarck e Patrícia Azevedo.

várias para integrar acções colectivas ou, em grande parte dos casos, intervenções desencadeadas por iniciativa dos próprios autores. E esta maior independência em relação aos mecanismos tradicionais da encomenda parece dotar os arquitectos de uma maior liberdade e intencionalidade na escolha das acções em que se pretendem envolver.

Nesta linha, a acção dos arquitectos amplia-se, envolvendo também a sua participação na definição do programa e na procura dos meios de financiamento e realização, num processo criativo que tende a envolver diferentes actores. Torna-se claro o abandono da ideia do criador individual. As práticas são, em geral, colectivas e, em grande parte das vezes, de carácter inter ou transdisciplinar, sendo a autoria e a responsabilidade partilhadas pelos vários membros de um grupo no qual se procura igualmente envolver, desde o início, aqueles a quem se destina a acção: os habitantes ou usufrutuários do espaço alvo de intervenção. Os arquitectos surgem, assim como co-criadores e, sobretudo, como mediadores ou activadores de um processo colectivo do qual eles próprios são parte integrante.

Estas práticas questionam igualmente o papel central e quase exclusivo que o edifício – enquanto objecto, ou simplesmente enquanto imagem – parece ter assumido no discurso ou nas práticas correntes. Não se trata aqui de abandonar as ferramentas próprias da disciplina ou o foco na leitura, desenho e intervenção sobre o espaço. Trata-se, sim, de dirigir a atenção, não tanto para o resultado material da acção, mas sobretudo para os efeitos por ela produzidos. Neste sentido, ganha especial interesse o trabalho sobre todo o processo, do qual a intervenção física resultante do projecto de arquitectura é apenas um momento pontual.

Mas interessa aqui sobretudo sublinhar uma ideia comum à maior parte das práticas relatadas: o desejo e empenho em integrar uma acção transformadora desenvolvida em nome de um colectivo ou de um conjunto de princípios e valores, normalmente associados a preocupações sociais ou a determinada posição política. Uma atitude que se afasta claramente da posição do arquitecto-demiurgo modernista. Por um lado porque, nos casos expostos, os arquitectos não procuraram ocupar uma posição exterior ou superior; procuraram, sim, integrar o colectivo com o qual e para o qual actuam, apoiando e participando na sua acção. Por outro lado, porque aqui se parte da certeza da frustração e da certeza da incapacidade de promover transformações globais e profundas. Face à impossibilidade dos grandes gestos estratégicos, a acção é de carácter tático. Uma luta de guerrilha que procura pequenas vitórias numa guerra impossível de vencer.

O termo *agência* tem sido usado como descritor desta atitude. *Agente* é aquele que actua ou tem a capacidade de actuar, de

produzir efeito, de operar transformação. *Agente* é também aquele que age em nome de outrem ou de algo.

Aplicando o conceito ao campo da arquitectura, Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till clarificam que, neste âmbito, o *agente* actua “(...)com e em nome de outros: não no sentido de uma simples reacção aos interesses de curto prazo de clientes e promotores guiados pelo mercado, mas no sentido de responder aos anseios e necessidades de longo prazo de uma multiplicidade de outros, aqueles que constroem, habitam, ocupam e experienciam a arquitectura e o espaço social.”⁵³

Para os autores, esta ideia de *agência* obriga à superação da oposição entre a *acção individual* e o *sistema*, que tem dominado o discurso académico. Nesta óptica, a produção e transformação do espaço não podem ser entendidas como resultado da acção de um indivíduo único enquanto génio criador isolado de um contexto específico; tal como não podem ser consideradas como consequência inevitável de um sistema social, económico e político que domina e determina o rumo dos acontecimentos independentemente das acções e decisões de cada indivíduo, o qual seria, assim, desresponsabilizado. Ao contrário, reconhece-se a capacidade da acção individual para actuar de modo transformador sobre o sistema, ainda que de forma muito parcial; ao mesmo tempo que se insiste que tal acção será tanto mais efectiva quanto mais tomar em conta todos os actores, dinâmicas, limites e condicionantes impostos pelo sistema; quanto mais partir de um conhecimento fundo destas estruturas e agir a partir delas, dentro delas. Parece assim tornar-se pouco operativa a divisão entre, por um lado, uma prática entendida como mera prestação de serviços que aceita e se integra num sistema que considera não ser capaz de alterar e, por outro lado, uma participação cívica, de longo curso e desenvolvida nos fóruns próprios, que se empenha na mudança do dito sistema, mas que nada teria a ver com práticas de arquitectura – ou, como sintetiza Alves Costa: “forçar o poder é um dever cívico do arquitecto, fazer arquitectura de qualidade é a sua obrigação profissional.”⁵⁴

Inversamente, a noção de *agência* reclama a articulação dos dois domínios numa acção única.

Os debates que integraram o *Re-Act Urban Festival – Take 1* foram espaço de discussão em torno deste tema. Questionaram-se os limites disciplinares, o papel social e político das práticas de arquitectura, as diferenças entre agir enquanto cidadão e agir enquanto arquitecto. Tiago Mota Saraiva

53 AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy, *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*. London/New York: Routledge, 2011, p. 32.

54 ALVES COSTA, Alexandre, “Os modernos são em geral superiores aos antigos” in *Textos Dados*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2007, p. 54.

respondeu, invertendo a ordem dos factores: Somos, antes de mais, cidadãos e actuamos participando na construção da sociedade de que somos parte, de acordo com os nossos princípios e valores. E fazemo-lo com as ferramentas de que dispomos e que envolvem, necessariamente, a formação académica, domínio do saber disciplinar e experiência profissional que possuímos – no nosso caso, no campo da arquitectura.

Este deslocamento – da *disciplina* para *actores-na-sociedade* – conduz à abertura de novos campos de actuação de limites e consequências incertos e pouco claros. De facto, aceitar a possibilidade, a capacidade e a relevância da acção (e da decisão) do indivíduo, implica necessariamente aceitar a existência de possibilidades de escolha e, por isso, aceitar também a existência de alternativas face aos modos de actuar estabelecidos e comumente aceites. Ainda segundo Awan, Schneider e Till, essa aceitação põe em causa a própria autoridade profissional, que assenta no reconhecimento público do domínio que o técnico tem de um determinado modo de fazer – um domínio e um modo, aliás, determinados e regulados pela própria organização que representa e tutela a profissão. Admitir a possibilidade de *diferentes modos de fazer* torna o saber disciplinar discutível e, por isso, aberto à negociação com outros actores. Por outro lado, a participação em decisões e acções em domínios que se encontram fora do seu estrito campo disciplinar, leva os arquitectos a envolverem-se em práticas nas quais não são técnicos especializados e em relação às quais a sua opinião será tão válida como a de outros intervenientes. De uma e de outra forma, a decisão sobre os modos de intervir em cada caso nasce, então, da discussão colectiva em que cada um contribui com o seu saber e a sua experiência.

E é esta abertura que é polémica. Num processo que se faz “valorizando as competências próprias de cada indivíduo, e não um eventual padrão corporativo da profissão [...] o difícil é preservar nessas estratégias de acção alguns valores clássicos da arquitectura”⁵⁵ o que, para André Tavares e Diogo Seixas Lopes, acarreta, como vimos, o risco de dissolução do próprio *saber arquitectónico* e, conseqüentemente, da autonomia da profissão.

No entanto, se aceitarmos que a disciplina se encontra actualmente num impasse, enclausurada nos seus auto-impostos limites que – não sem pesada inquietação e amargo sentimento de impotência – afastam os arquitectos de, no exercício do seu ofício, participarem directa e conscientemente no processo de transformação política e social, aceitamos também a necessidade de procurar novos modos de actuação. Procurar, portanto, novas formas de intervir, que quebrem ou ampliem os actuais limites disciplinares – que visam

55 TAVARES, André; SEIXAS LOPES, Diogo, “Combate e Táctica” in *Journal Arquitectos* n.º 247, Maio-Agosto 2013, p. 85.

garantir a qualidade e a (suposta) neutralidade técnica em que assenta o reconhecimento da autoridade profissional – em busca de uma acção mais consentânea com o actual contexto de crise e capaz de propor alternativas ao projecto neoliberal que dominou o processo de urbanização ao longo das últimas décadas.

É possível que a abertura proposta pelas novas práticas de arquitectura que agora se ensaiam – e que o *Re-Act Urban Festival – Take 1* procurou apresentar e discutir – tal como os múltiplos caminhos por explorar que apontam, possam vir a contribuir para dar um novo sentido ao exercício da profissão, assim como para expandir e reforçar o próprio saber disciplinar.

Talvez, mesmo tendo presente a franca incerteza relativa às consequências de tal abertura e a memória das frustrações resultantes dos sonhos passados, valha a pena explorar esses caminhos, cravados de dúvidas, tentativas e erros, em busca de novos sentidos. Sim, talvez valha a pena, mesmo sabendo que, a cada curva, estará à espreita o real perigo da dissolução do dito *saber arquitectónico*.

Afinal, e parafraseando Alexandre Alves Costa, *mais vale perdê-lo do que não tê-lo*⁵⁶.

“a cera derrete-se. Bem lá agita o rapaz os braços nus,
mas, sem asas para bater, não logra apanhar ar algum.
E a boca que gritava o nome do pai é acolhida pelas águas
azul-esverdeadas, que dele obtiveram o seu nome.”⁵⁷

Agradecimentos

A toda a equipa da Dédalo pela oportunidade e pelo espaço de discussão e partilha que conseguiram criar.

Ao Álvaro Domingues, Ana Fernandes, Pedro Bismack, Daniel Casas Valle, Manuel Mendes, Mariana Carvalho e Teresa Calix, pela leitura atenta e discussão constantes e, muito em especial, à Marta Martins pela crítica cuidada, pormenorizada e entusiasta.

A investigação em que se enquadra o presente artigo conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de Bolsa Individual de Doutoramento.

56 A frase original – “mais vale perdê-la do que não tê-la” refere-se à escola e reage aos riscos decorrentes da decisão de um envolvimento directo e empenhado dos alunos e do corpo docente no processo SAAL que poderia pôr em causa o projecto educativo. Como sabido, a escola não se perdeu: cresceu, reforçou-se, ganhou novo sentido, identidade e reconhecimento. Cf. ALVES COSTA, Alexandre (2012) – Conferência inserida no ciclo *Prática[s] de Arquitectura: Projecto, Investigação, Escrita*. FAUP, 31 de Maio de 2012.

57 OVÍDIO, *Metamorfoses*; Livro VIII: 227-230. Lisboa: Livros Cotovia, 2010, p. 202.

FONTES CITADAS

ÁBALOS, Iñaki, “A bigger splash: la casa del pragmatismo” in *La Buena Vida: Visita guiada a las casas de la modernidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, pp. 165-195.

ALVES COSTA, Alexandre, “Intervenção Participada na Cidade: A experiência do Porto” in *Alexandre Alves Costa: Candidatura ao prémio Jean Tschumi*, UIA 2005 (ed. MILHEIRO, Ana Vaz; AFONSO, João). Lisboa: Ordem dos Arquitectos/ Caleidoscópio, 2005, p. 29.

ALVES COSTA, Alexandre, “Os modernos são em geral superiores aos antigos” in *Textos Dados*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2007, p. 51-58.

ALVES COSTA, Alexandre, Conferência inserida no ciclo *Prática[s] de Arquitectura: Projecto, Investigação, Escrita*. FAUP, 31 de Maio de 2012.

ALVES COSTA, Alexandre, Conversa#2 do ciclo *A Cidade Resgatada: Ciclo de conferências e conversas públicas sobre regeneração urbana*. Biblioteca de Serralves, 22 de Maio de 2013.

AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy, *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*. London/New York: Routledge, 2011.

BRISTOL, Katharine, “The Pruitt-Igoue Myth” in *Journal of Architectural Education*, vol.44 n°3, Maio 1991, pp.1 63-171.

“Carta Aberta ao Governo de Portugal: Em Defesa do Crescimento Económico e do Respeito pelo Porto”. Porto, Maio 2013. Em linha <cartaaberta.cm-porto.pt> acessido em Junho 2013.

Casabella n°419, Novembro 1976.

DELGADO, Manuel, “Espacio Público: Discurso, Arquitectura y Acción”. Conferência inserida no ciclo *A Cidade Resgatada*, organizada pela OASRN. Auditório de Serralves, 15 de Maio de 2013.

DECRETO-LEI n° 117-E/76, “D.R. Série I” n° 35 (1976-02-10); pp. 304(2)-304(4).

DECRETO-LEI n° 328-B/86, “D.R. Série I” n° 225 (1986-09-30); pp. 2810(19)-2810(24).

DECRETO-LEI n° 35/86, “D.R. Série I” n° 51 (1986-03-03); pp. 519-522.

DECRETO-LEI n°382/89, “D.R. Série I” n°255 (1989-11-06); pp. 4878-4880.

DECRETO-LEI n°176/98, “D.R. Série I-A” n°151 (1998-07-03); pp. 2965-2976.

DESPACHO ministerial, “D.R. I Série” n°253 (1986-10-28); pp. 2460(1)-2460(3).

EISENMAN, Peter, “No se puede ser un arquitecto intransigente” in *El País*, 11 Setembro 2011. Entrevista por Anaxu Zabalbeascoa. Em linha <http://elpais.com/diario/2010/09/11/babelia/1284163962_850215.html> acessido em Junho 2013.

FERREIRA, António Fonseca – “Anos de 1970-1980: do Fundo de Fomento da Habitação ao Instituto Nacional da Habitação” in PORTAS, Nuno (coord.) – *Habitação para o Maior Número: Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa: IHRU, 2014, p. 110-133.

FIGUEIREDO, António Manuel, “Economia do(s) território(s) e sustentabilidade”. Comunicação apresentada no VIII Congresso Ibérico de Urbanismo. *A Mudança do Ciclo: Um Novo Urbanismo*. Covilhã, 27-29 Outubro 2011.

FOURASTIÉ, Jean, *Les Trente Glorieuses: Ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979.

JENCKS, Charles, “La mort de l’Architecture moderne” in *Le Langage de L’Architecture Post-Moderne*. Paris, Denoël, 1984, pp.9-38.

LAWSON, Nigel, *The view from n°11: Memoirs of a tory radical*. Londres: Bantam Press, 1992.

Lotus International n10, Fevereiro 1975.

MATEUS, Augusto, coord., *25 Anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

NUNES, Ana Bela, *The International Monetary Fund’s stand-by arrangements with Portugal: An ex-ante application of the Washington Consensus?* Lisboa: GHES-ISEG, 2011. Em linha <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2871/1/GHES-DT-44.pdf>> acessado em Abril de 2013.

ORDEM DOS ARQUITECTOS - SECÇÃO REGIONAL NORTE

(2013) – “A Cidade Resgatada: Ciclo de Conferências e Conversas Públicas sobre Regeneração Urbana – Conversa #2” Folheto informativo. Porto, 2013.

OVÍDIO, *Metamorfoses*. Lisboa: Livros Cotovia, 2010.

“Portugal An II” in *L’Architecture d’Aujourd’hui* n°185, Maio-Junho 1976; pp.1-81.

TARRAGÓ, Salvador; BERAMENDI, Justo, ed., *Proyecto y Ciudad Histórica: I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela*. Santiago de Compostela: COAG, 1977.

“Proyecto y Ciudad Histórica: El 1er SIAC” in *2C Construcción de la ciudad*, n° 8, Março 1977, pp. 52-66.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, *A Cidade: Rumo a uma nova definição?*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter, “Habitat” in *Team 10: 1953-81, in Search of a Utopia of the Present* (ed, RISSELADA, Max; HEUVEL, Dirk van den). Rotterdam: NAI Publishers, 2005, p. 42.

SERRA, Nuno, “Revolução da casa própria: a centralidade da habitação na economia do endividamento”. Comunicação apresentada no colóquio Portugal entre Desassossegos e Desafios, CES, Coimbra, 17 de Fevereiro de 2011.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, “De la autonomía a lo intempestivo” in *Diferencias: Topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1996, pp. 83-107.

SOUTO de MOURA, Eduardo (2004) – “Su Aldo Rossi” in “Dopo Aldo Rossi”, *d’Architettura*, n°23, Abril 2004, pp. 185-191.

TAVARES, André; SEIXAS LOPES, Diogo, “Combate e Tática” in *Jornal Arquitectos* n°247, Maio-Agosto 2013, p. 85.

THATCHER, Margaret (1975) – “My Kind of Tory Party” in *Daily Telegraph*, 30 Janeiro 1975. Em linha <<http://www.margaretthatcher.org/document/102600>>, acessado em Abril 2013.

THATCHER, Margaret (1987) – Entrevista dirigida por Sir Robin Day, programa Panorama da BBC1, 8 Junho 1987. Em linha <<http://www.margaretthatcher.org/document/106647>>, acessado em Abril 2013.

WARD, Stephen (2004) – *Planning and Urban Change*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 2004.

“Who Lives Next Door: Call for Papers”. Em linha <http://www.issuu.com/revista.dedalo/docs/briefing_final_cor>

PRÁTICA[S] DE ARQUITECTURA

Prática[s] de Arquitectura Projecto | Investigação | Escrita

Edição

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Coordenação Científica

Manuel Mendes

Equipa Editorial

André Oliveira
André Prata
António Pedro Faria
Filipa Araújo
Francisco Pinto
Joana Coutinho
João Salsa
José Alexandre Tavares
Luís Piteira
Margarida Matos Martins
Orlando Gilberto-Castro
Rita Furtado
Tiago Ascensão
Tiago Ferreirinho

Logótipo

Gonçalo Alves Costa
Marta Ramos

Apoios



Agradecimentos

Carolina Medeiros, Cláudia Almeida, Maria Margarida Balsemão, Paula Abrunhosa, Ricardo Leitão, Teresa Seródio

ISBN versão impressa

978-989-8527-53-0

ISBN versão digital

978-989-8527-54-7

Depósito Legal

XXXXXXXXXX

Impressão

Rainho & Neves, Lda.

Tiragem

250 exemplares

Disponível no Repositório Aberto da Universidade do Porto

Fevereiro 2023

Nota técnica

A equipa editorial do colectivo Prática[s] de Arquitectura escreve segundo a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990. A opção pessoal de cada autor/a foi todavia respeitada.

As referências bibliográficas foram uniformizadas, sempre que possível e pertinente.

Cada autor/a é inteiramente responsável pelos materiais – textos e/ou imagens – dos respectivos contributos.